

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	<p>As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-514-3 DOI 10.22533/at.ed.143190607</p> <p>1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidade de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1 1

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

[Felipe Queiroz](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906071

CAPÍTULO 2 18

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

[Alexandre Fernandes Corrêa](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906072

CAPÍTULO 3 31

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

[Fabiana Marissa Etzel Barddal](#)

[Ricardo Lobato Torres](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906073

CAPÍTULO 4 40

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

[Eliane Fátima Voitena](#)

[Maysa Nuernberg de V. Costa](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906074

GÊNERO: DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 5 47

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

[Maysa N. de Vasconcellos Costa](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906075

CAPÍTULO 6 57

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

[Natália Schettine Marques](#)

[Milena Cirqueira Temer](#)

[Fernanda Franklin Seixas](#)

[Andréia Almeida Mendes](#)

[Lídia Maria Nazaré Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906076

CAPÍTULO 7	67
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	
Virginia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1431906077	
CAPÍTULO 8	75
HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA	
Cátia Brito dos Santos Nunes	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1431906078	
CAPÍTULO 9	82
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA	
Péricles Sena dos Santos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.1431906079	
IDENTIDADE E CULTURA	
CAPÍTULO 10	91
BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO	
Rafael Fermino Beverari	
DOI 10.22533/at.ed.14319060710	
CAPÍTULO 11	105
DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO	
Patrícia Aparecida Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Leonardo Gomes de Souza	
Paulo César Risso de Souza	
Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes	
Ivete Monteiro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060711	
CAPÍTULO 12	116
DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL	
Bárbara Cristina Kruse	
Leonel Brizolla Monastirsky	
DOI 10.22533/at.ed.14319060712	
CAPÍTULO 13	125
IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP	
Lucas do Nascimento Souza	
Tatiana Ribeiro de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.14319060713	

CAPÍTULO 14 138

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

[Wallace Faustino da Rocha Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060714

CAPÍTULO 15 155

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

[Maria Antônia Valadares de Souza](#)

[Heber Rogério Grácio](#)

[Airton Cardoso Cançado](#)

[Nayara Silva dos Santos](#)

[Gislâne Barbosa](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060715

CAPÍTULO 16 167

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

[Cristiane Aparecida Rodrigues](#)

[Mariana Luana Martins](#)

[Lidiane Hott de Fúcio Borges](#)

[Amanda Dutra Hot](#)

[Germano Moreira Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060716

CAPÍTULO 17 180

AVALIAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

[Hudson Romário Melo de Jesus](#)

[Lilian Rebellato](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060717

CAPÍTULO 18 193

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

[Celina Fernandes Almeida Manso](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060718

CAPÍTULO 19 207

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

[Mariana Datria Schulze](#)

[Andrieli do Canto Nunes](#)

[Denise Vieira Taborda](#)

[Isabela Holz](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060719

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 20 218

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

[Laryssa Aguiar Melo](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060720

CAPÍTULO 21	232
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO	
Luana de Almeida Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.14319060721	
CAPÍTULO 22	244
AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
Sandro Rautenberg	
Paulo Ricardo Vивиurka do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060722	
CAPÍTULO 23	261
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.14319060723	
CAPÍTULO 24	279
REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN	
Wallace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.14319060724	
CAPÍTULO 25	288
UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES	
José Carlos de Souza	
Rosane Aparecida Moreira	
Roque Kleiber Silva Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.14319060725	
CAPÍTULO 26	296
A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO	
Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu	
Luédlley Raynner de Souza Lira	
DOI 10.22533/at.ed.14319060726	
CAPÍTULO 27	305
BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES	
Márcio da Silva Finamor	
DOI 10.22533/at.ed.14319060727	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

Eliane Fátima Voitena

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa - Paraná

Maysa Nuermberg de V. Costa

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Ponta Grossa – Paraná

Juliana Yuri Kawanishi

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa - Paraná

Talyssa Aparecida Stremel Vieira

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa - Paraná

RESUMO: O presente artigo busca provocar uma breve reflexão sobre o processo histórico de participação social, das instâncias de controle social e da atual conjuntura brasileira, pontuando a transição de um regime ditatorial para um estado democrático de direitos, que obteve conquistas constitucionais e a materialização da assistência social como política pública e dever do Estado. A partir desta reflexão consideramos as conferências como espaços privilegiados de discussão e fortalecimento da democracia, abordando a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social que ocorreu em 1995 e a 11ª Conferência que está em processo de realização no ano de 2017 com a temática “Garantia dos Direitos no Fortalecimento do SUAS”. Esta discussão

se torna um desafio diante do atual cenário nacional político e econômico de desmonte dos direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social; Participação Social; Controle Social; Conferência; Conjuntura atual;

SOCIAL PARTICIPATION: CONTRADICTIONS

AMID THE CURRENT CONJUNCTURE

ABSTRACT: The present article seeks to make a brief reflection about the historical process of social participation, of social control instances and of the current Brazilian conjuncture. This reflection punctuates about the transition from a dictatorial regime to a democratic state of rights, which reached constitutional achievements and the materialization of social assistance as a civil policy and a duty of the government. From this reflection, the conferences can be seen as privileged spaces for debates and democracy strengthening, such as the 1st National Conference on Social Assistance held in 1995 and the 11th Conference being held in 2017 with the theme “Rights Guarantee by SUAS strengthening”. This discussion becomes a challenge on the current national political and economic scenario of dismantling social rights.

KEYWORDS: Social Protection; Social Participation; Social Control; Conference;

Current conjuncture.

1 | INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro dois períodos chamam a atenção para tratar da temática do artigo, sendo o processo de transição da ditadura militar para uma democracia participativa. Considerando marcos importantes, como a construção da Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, que amplia as instâncias de controle social na Política Nacional de Assistência Social.

O objetivo do artigo é salientar a importância que a participação e o controle social tiveram para a construção da democracia, fazendo uma correlação entre a primeira conferência em 1995 com o tema “Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado” e a conferência de 2017 com a temática “Garantia dos Direitos no Fortalecimento do SUAS”.

O presente artigo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, proporcionando uma base teórica, afim de subsidiar a reflexão sobre a participação social como espaço democrático e deliberativo e a contradição entre a conjuntura atual e a garantia de direitos sociais.

2 | A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

2.1 A participação social como espaço democrático e deliberativo

A Constituição Federal - CF de 1988 é o marco de ruptura com práticas tradicionais brasileiras ditatoriais, uma vez que possibilitou a mobilização e participação social de diversos grupos populacionais na garantia de direitos sociais de proteção social.

Neste contexto histórico de conquistas, o primeiro artigo, parágrafo único da CF estabelece que todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, garantindo assim a participação social direta da população brasileira nas instâncias de deliberação e controle social, bem como a continuidade de eleições de governo.

Seguindo neste gradiente, os artigos 203 e 204, da CF de 1988, legitimam a assistência social ao tripé da seguridade social de proteção social não contributiva, para quem dela necessitar, materializando-a como política pública e dever do estado. Não mais como ações caridosas, mas sim com status legítimo, de responsabilidade.

No ano de 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS nº 8.742 regulamenta os serviços, programas, projetos, benefícios, instâncias de controle e participação social e o conjunto de atribuições necessárias para gestão da política.

No tempo histórico a LOAS materializa a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004, e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS/2005, fortalecendo e corroborando com trabalhadores/as, territórios, principalmente usuários/as e populações na construção desta política pública social, através de espaços de participação e deliberação como conferências e conselhos de políticas públicas e de direitos.

A participação popular além de ser um direito, trata-se de um dever político sendo um instrumento fundamental de fortalecimento da democracia. Além de ser uma forma de conhecimento, pois, “a participação pode aumentar o valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser (e permanecer) seu próprio senhor” (PATEMAN, 1992, p. 40). Entendemos então que a discussão em foco é prioritária, tendo em vista, a atual conjuntura de desmonte de direitos sociais básicos, que teve maior incidência no ano de 2016, de políticas de cunho neoliberal e de governos que limitam o direito de participar criticamente do processo social.

Segundo Bordenave (1992, p. 12), “A participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos. O entusiasmo pela participação vem das contribuições positivas que ela oferece.”

Participar significa estar presente e tomar parte de um fato. As pessoas participam em diversas instâncias e níveis, sempre visando resolver questões que atendam a um interesse, seja ele individual ou coletivo. Contribuindo assim para a construção de uma consciência crítica que irá fortalecer o poder popular de reivindicação.

Segundo Gohn (2003) a participação pode ser entendida de diversas formas, sendo ela a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática, as quais historicamente sofreram outras interpretações. É preciso se aproximar de conceituações diversas, a fim de abranger subsídios que possam fundamentar teoricamente todos os tipos de participação, considerando as alterações ao longo do tempo.

Além de um processo de construção coletiva, a participação também permite um autoconhecimento do sujeito que participa, pois a cada passo que o indivíduo dá no âmbito de sua participação, mais ele irá questionar a realidade. E, conseqüentemente, buscará respostas aumentando a capacidade de criar uma identidade e se entender como sujeito protagonista de sua história. É a partir dessa busca por respostas que o indivíduo irá se inserir nas decisões entre o Estado e a sociedade civil, intervindo nas políticas públicas, como forma de exercer sua cidadania no âmbito da democracia. Assim denominamos o controle social, o qual também teve distintas compreensões em diferentes contextos, porém, materializou esse conceito a partir da Constituição Federal de 1988, que trata da democracia participativa, aproximando a sociedade da gestão de políticas públicas.

Segundo Ricci (2009)

O conceito de controle social indica, portanto, a participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e verificação (ou monitoramento) das ações de gestão pública. Na prática, significa definir diretrizes, realizar diagnósticos, indicar prioridades, definir programas e ações, avaliar os objetivos, processos e resultados obtidos. (RICCI, 2009, p. 9)

Desse modo, a participação e o controle social irão ser exercidas em determinados espaços. O nosso foco se dará nas conferências, considerando que se tornaram a mais importante e abrangente política participativa do Brasil. As quais Streck e Adams (2006) pontuam que se encontram ligadas com o processo dos Conselhos, estão

[...] igualmente previstas em leis orgânicas e que acontecem na esfera municipal, estadual e nacional. Têm a finalidade de discutir e deliberar com ampla participação da população as diretrizes e estratégias das políticas a serem implementadas pelos gestores nas referidas políticas públicas. São espaços de referência também para os Conselhos que vão embasar seus planos de ação inspirados nas diretrizes políticas definidas pelas Conferências. (STRECK; ADAMS, 2006, p. 110)

Apesar da ampla participação citada, compreendemos que essa inserção popular se deu por meio de um longo processo, ocorrendo de maneira restrita e direcionada, a qual deve ser atentada para que não se retome em meio a atual conjuntura de crise e desmonte de direitos. A participação e o controle social devem ser estimulados nessas instâncias, a fim de fortalecer a democracia por meio de um processo descentralizado e participativo. Os incentivos por parte da política do estado podem influenciar e até mesmo determinar a intensidade da participação nas conferências.

Foi em meio a essa temática que a I Conferência Nacional de Assistência Social aconteceu em Brasília em 1995, no Centro de Convenções nos dias 20 a 23 de novembro. E contou com a presença de 1069 participantes, sendo 689 delegados, 193 observadores, 76 convidados e 111 ouvintes. O tema em destaque foi “A Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado”, tendo por objetivo avaliar a realidade e propor diretrizes que contribuíssem para o aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social. Importante temática de discussão coletiva sobre o processo do sistema de proteção social não contributivo, recém aprovado pela LOAS (1993) para gestão do benefício de prestação continuada – BPC, que rompe significativamente com as tradicionais ações assistencialistas.

Porém, para que a participação popular seja efetiva é necessário que para além da presença, os sujeitos inseridos detenham conhecimento e informações necessárias para os debates e tomadas de decisões. É preciso que a realidade e demandas locais sejam respeitadas nos distintos municípios, garantindo o princípio da equidade. E também, que as propostas do Estado não se sobressaiam à vontade do povo.

2.2 A contradição entre a conjuntura atual e a garantia de direitos sociais

O cenário político brasileiro ao longo da história passa por diversas transformações alterando a função do Estado e o modo como se dá a controle social em várias esferas. Para Di Petro (2005, p. 636), “o mais eficaz meio de controle da Administração Pública: o controle popular.” Assim, o Estado passa a buscar estratégias para que o capitalismo impere, resultando, em uma contínua dominação dos meios de produção gerando lucros para o capital e simultaneamente emergindo contradições ao enfrentar a questão social.

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (GRAMSCI, 2002, p. 184)

Em meio a esse contexto de crise é possível que a hegemonia e o interesse das classes dominantes se percam, provocando outros desdobramentos no modo de organização social, alterando assim a estrutura de como o Estado se organiza. Sendo assim o capital sempre está em um processo de reestruturação para manter a dominação sobre a classe trabalhadora, o que acaba gerando uma insegurança que

se manifesta em algumas formas: insegurança no mercado de trabalho, com a não priorização do pleno emprego como objetivo de governo, a destruição de empregos em plena expansão econômica, sobretudo no setor industrial, a ampliação da desigualdade entre os desempregados em função da redução dos benefícios sociais; insegurança no emprego, que implica a redução da estabilidade e subcontratação (formas atípicas ou contingenciais de emprego, diga-se, precárias); insegurança na renda, através da flexibilização dos salários, da diluição da relação entre salário e produtividade, da queda nos gastos sociais e fiscais das empresas, da deterioração da distribuição de renda, e, por fim, do crescimento da pobreza; insegurança na contratação do trabalho, pela expansão do dualismo no mercado de trabalho e pelo risco da explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho; insegurança na representação do trabalho, com a redução dos níveis de sindicalização. (BEHRING, 2008, p. 39-40)

Devido ao contexto da política atual, e as correlações de forças entre Estado, capital e trabalhadores/as é possível analisar a questão da flexibilização das legislações, e a falta de incentivo em divulgar os espaços de participação que fortalecem os direitos sociais.

Atualmente o país vive um colapso de crise econômica e política, agravado pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Nesse período havia um governo de gestão democrático participativa, o qual incentivava a participação e controle social da população em várias instâncias como conselhos, fóruns, ouvidorias e conferências. Visando a construção e o fortalecimento de uma rede de proteção social pública, garantindo a assistência social como uma Política Pública e dever de Estado.

Considerando as conferências como um marco de democracia e participação,

as mesmas passam a estabelecer uma nova forma de organização da política pública sendo estruturada junto com a população. Desse modo a ex Presidenta pontua as conferências como um evento

[...] importante para todos que participam, para todos que acreditam na participação popular, e quero dizer, em nome do governo, para o governo, porque aqui está a base para a construção de uma nação justa e democrática, uma nação que participa, que é ativa e que dá opiniões. Esta conferência é um espaço privilegiado para o exercício da cidadania, para o debate de projetos, para a gente avançar cada vez mais na transparência das nossas ações, para explicitar divergências e para a construção de consensos. (BRASIL, 2013)

Com a crise política, Michel Temer assume o poder, pactuando com o modelo de gestão neoliberal patrimonial. Retrocedendo direitos trabalhistas, com crescente precarização dos serviços ofertados, adotando um cenário de privatizações e limitando os espaços participativos e deliberativos, quando propõem que não ocorram as conferências municipais, estaduais e nacional a cada dois anos.

Nesta conjuntura o Conselho Nacional de Assistência Social se opõe e delibera pela realização das conferências. A 11ª Conferência de Assistência Social tem como tema “Garantia dos Direitos no Fortalecimento do SUAS”, o que contradiz e desafia o diálogo sobre o assunto, devido a retirada de direitos sociais e o congelamento de investimentos, pelo período de vinte (20) anos, no campo das políticas sociais: saúde, educação e assistência social.

Vivenciamos um desmonte das proteções sociais de todo um coletivo, em que é preciso pensar em estratégias para que se consiga manter os direitos que ainda estão assegurados, os quais diariamente são colocados em cheque por meio de brechas que buscam alterar as legislações, dando assim abertura para que o Estado se omita das suas obrigações. Resultando em um retrocesso que abre margem para o assistencialismo e aumento da demanda para o terceiro setor, fragilizando o campo das políticas públicas sociais.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho para alcançar a democracia no país passou por diversas dificuldades, salientando a importância de construir coletivamente políticas que realmente atendam a toda população sem que interesses individuais se sobressaiam.

A 1ª Conferência Nacional ocorre em um período histórico pós-regime ditatorial onde a população aclamava por espaços democráticos e sem repressões para discutir interesses coletivos. Coincidentemente a 11ª Conferência do ano de 2017 enfrenta os limites impostos pela atual conjuntura política que fragiliza a participação, diante de um cenário de desmonte de direitos sociais garantidos constitucionalmente.

Dessa forma, em momentos de crise a sociedade civil organizada e as populações não devem temer e nem hesitar a ocupar os espaços de garantia de direitos, considerando que todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes

eleitos ou diretamente, impedindo o retorno de práticas conservadoras, tradicionais e reacionárias.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. de M.; ALMEIDA, D. M. F. de. Participação e controle social: a experiência do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina/PR. **O Social em Questão**, n. 30, p. 143-168. 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 2)

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 2. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2000.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1992.

RICCI, R. Controle social: um conceito e muitas confusões. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 98, p. 9-12, jul. 2009.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Lugares da participação e formação da cidadania. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 95-117, jan./jun. 2006.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueologia 180, 182, 191

C

Cinema 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 104

Conselhos 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 43

Controle social 46

Cultura 5, 15, 25, 28, 35, 36, 91, 104, 105, 119, 120, 123, 144, 180, 189, 190, 191, 192, 231, 264

D

Democracia 5, 31, 33, 38

Desigualdade 47, 56

E

Estado 5, 1, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 60, 62, 63, 64, 85, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 153, 154, 157, 159, 162, 164, 169, 170, 174, 176, 177, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 206, 237, 238, 265, 267, 269, 278, 321

F

Família 57, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 321

G

Gênero 5, 39, 47, 56, 67, 73, 114

H

Homofobia 78

I

Identidade 5, 24, 162, 270, 271

Impeachment 15

Informação 35, 88, 232, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 260, 295, 305, 308, 315, 319

M

Morte 137, 296, 301

N

Nação 24, 29, 115, 117, 177

Niilismo 304

P

Pobreza 67

Poder 34, 167, 179

Preconceito racial 207

Produção de conhecimento 261

T

Território 5, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

U

Umbanda 207, 208, 217

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-514-3

